



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

RETOMADA DA AGENDA PARA O MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR NA AMAZÔNIA

Carta de Brasília

Brasília, 09 de novembro de 2023

O manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira foi impulsionado a partir da segunda metade da década de 1990, em especial encorajado pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Desde este momento, a falta de adequação no marco regulatório, a ausência de ações de fomento e a escassez de apoio financeiro se tornaram desafios importantes e persistentes para promover esta modalidade de manejo.

Este cenário impulsionou um processo de articulação interinstitucional das organizações da sociedade civil, a partir de encontros regionais (através de oficinas de Manejo Florestal Comunitário da Amazônia), a constituição de um Grupo de Trabalho (o GT-MFC) e a criação do Observatório do Manejo Florestal, Comunitário e Familiar (OMFCF), em 2017. Estas ações de qualificação de demandas sobre o tema se iniciaram em 1998, tendo como principais impactos a instituição da IN 04/1998 do IBAMA, que normatizou pela primeira vez a atividade do manejo florestal comunitário, e a formulação do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instituído pelo Decreto 6874/2009.

Entretanto, este programa foi revogado em 2021 através do Decreto nº 10.810, como parte de uma estratégia de desmonte das políticas ambientais implementada pela gestão anterior do governo federal, reforçando o cenário de descaso com a conservação da sociobiodiversidade brasileira no qual vivemos até dezembro de 2022. Vale ressaltar que, mesmo antes do governo anterior, já vivíamos em um momento de estagnação da agenda, com poucas ações efetivas por parte do governo federal na última década.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

O Programa, de toda forma, foi um marco importante ao se propor a organizar **as ações de gestão e de fomento ao manejo sustentável** em florestas que sejam objeto de utilização por **agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais**. Naquele momento, a coordenação ficou sob a responsabilidade dos Ministérios do Meio Ambiente e do hoje recriado Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além da estruturação de Planos Anuais Operacionais (nos anos de 2010 e 2011), o Programa catalisou a adequação no marco regulatório para a implantação de planos de manejo em Assentamentos da Reforma Agrária e Unidades de Conservação, por meio de Instruções Normativas dos órgãos de licenciamento ambiental e de gestão destes territórios - INCRA e ICMBio, respectivamente.

No entanto, em que pese sua importância para o combate ao desmatamento, para a inclusão social, saúde pública e a discussão da saúde única, a implementação do programa teve como marca a baixa efetividade de suas ações. Além disso, a exemplo de outras importantes agendas socioambientais, o governo anterior interrompeu o diálogo com a sociedade civil, deixando sem resposta as demandas, vivenciadas pelas comunidades extrativistas, povos indígenas e agricultores familiares, envolvidos em vários processos de manejo e conservação da floresta. Ainda pior, em alguns casos, incentivou a desconstrução de processos, com a agenda de desmonte do aparato público de comando e controle para a gestão ambiental das florestas públicas brasileiras.

Por conseguinte, o que presenciamos ao longo dos últimos anos foi a ausência de ações concretas dos órgãos governamentais, nas diferentes esferas de governo, para impulsionar a agenda de manejo florestal comunitário e familiar. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro enfrentou o aumento exponencial do desmatamento na Amazônia, que alcançou seu recorde, no período anual entre agosto de 2020 a julho de 2021, de 13 mil km² de florestas derrubadas, segundo dados do sistema Prodes/Inpe.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Os esforços resultantes da retomada do protagonismo do governo federal na gestão ambiental dos biomas brasileiros, marcada pela mudança de gestão no governo federal, resultaram em uma redução recorde de 60% na taxa de desmatamento no primeiro semestre de 2023, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Apesar disso, muito ainda precisa ser feito, principalmente pela necessidade do governo brasileiro em reassumir o protagonismo na agenda climática mundial, lugar de onde nunca deveria ter se ausentado, pela importância relativa que detém na manutenção de uma floresta tropical tão relevante para o futuro da humanidade, como a Amazônia.

Esse protagonismo precisa ser refletido em ações pragmáticas que resultem na manutenção da floresta em pé e da sociobiodiversidade de seus biomas, sendo o Manejo Florestal Comunitário e Familiar reconhecidamente uma das principais estratégias para a agenda de conservação da biodiversidade brasileira, ao aliar o uso sustentável dos recursos naturais com geração de renda. Isto é particularmente verdade quando é desenvolvido sob o protagonismo das comunidades locais e suas organizações. Segundo dados do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, em torno de 73% das florestas públicas brasileiras já destinadas estão sob a gestão de povos e comunidades tradicionais desses territórios, tendo sido estas populações historicamente efetivas na garantia da conservação e da proteção destas florestas a partir da reprodução de seus meios de vida de forma integrada e em harmonia com a natureza.

Preocupados com a manutenção dos vastos territórios, fruto de conquistas históricas, lideranças comunitárias e organizações de movimentos sociais têm buscado canais de diálogo com o governo federal de modo a garantir a retomada de políticas públicas que garantam melhores condições para a manutenção de seus meios de vida, aliadas à agenda de desenvolvimento econômico e à manutenção da biodiversidade.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

E mesmo que uma grande mudança no compromisso do governo federal com o desenvolvimento de uma agenda socioambiental no Brasil, perceptível a partir de janeiro de 2023, o governo Lula ainda precisa avançar na proposição de ações pragmáticas e efetivas, como a agenda do Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Ainda, mesmo que já tenhamos compromissos firmados com a agenda na 5ª fase do PPCDAM (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia), reeditado no primeiro semestre de 2023, um conjunto de ações mais robustas ainda se faz necessário, que acreditamos serem possíveis com a reedição do decreto do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar e estratégias subsequentes a esta política pública.

Finalmente, documentamos que esta agenda é fundamental não apenas para trazer inclusão, justiça social e conservação florestal para os territórios da Amazônia. Também é mérito de nota que o fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar deve ser visto como uma estratégia de efetivo ordenamento do uso da terra e de controle sobre a propagação de atividades ilícitas, como a exploração ilegal de madeira. Enquanto especialistas estimam que são necessários 25 milhões de hectares na Amazônia sob manejo florestal responsável para eliminar a mazela da exploração ilegal de madeira, a contribuição das florestas sociais no atingimento desta meta se torna estrategicamente importante.

Pelas razões apresentadas, consideramos primordial a implementação de uma ação conjunta e multissetorial, a ser liderada pelo Governo Federal, na retomada da agenda de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira. Apresentamos abaixo propostas para as ações de curto, médio e longo prazos que deveriam ser consideradas nessa agenda de retomada.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

1 - **Ações de curto prazo**, a serem cumpridas no **ano de 2024**:

1. Reedição imediata do decreto da Política Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF);
2. Garantia de investimento com reforço do orçamento dos órgãos ambientais responsáveis pela agenda de controle, monitoramento e fiscalização dos planos de manejo florestal sustentável, com o propósito de garantir a liberação das Autorizações de Exploração (AUTEX) para a safra de 2024 dos projetos de manejo que estiverem operando de maneira regular;
3. Lançamento de editais de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), com foco nas agendas de qualificação, desenvolvimento institucional e comercialização, para o fortalecimento das ações desenvolvidas pelas organizações locais na operacionalização de seus planos de manejo florestal sustentável;
4. Lançamento de edital do Fundo Amazônia, com recursos direcionados e garantidos para a agenda de desenvolvimento do MFCF;
5. Retomadas de discussões em torno do arranjo de políticas de fomento já testadas para a disponibilização de capital de giro às organizações comunitárias detentoras de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), com o objetivo de garantir linhas de créditos de fomento público com escala para a atividade;
6. Garantir recursos junto ao IBAMA e ICMBIO para reforçar ações de fiscalização em áreas de ocorrência de desmatamento, exploração ilegal e conflitos envolvendo lideranças comunitárias.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

2 - **Ações de médio e longo prazos**, para serem cumpridas **após a reedição do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar**:

7. Consolidação dos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação, como, por exemplo, para as aplicações de Consultas Prévias, Livres e Informadas, conforme estabelecido na convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) com o objetivo de garantia das salvaguardas comunitárias necessárias para a execução das atividades;

8. Garantia de consolidação dos processos de regularização fundiária e dos direitos de uso da terra nas unidades de conservação, a exemplo da RESEX Verde Para Sempre, que foi criada há 19 anos e, até o momento, seus habitantes legítimos ainda não tiveram formalizado seu CCDRU (Contrato de Concessão de Direito Real de Uso);

9. Estruturação de uma estratégia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o uso múltiplo da floresta, adaptada às especificidades dos diferentes territórios da Amazônia, com ações focadas no desenvolvimento organizacional e institucional das organizações comunitárias detentoras dos planos de manejo florestal sustentável, incluindo ações formativas que contemplem os diversos eixos para o desenvolvimento da agenda, contando com um escopo mínimo nos processos de gestão, produção e comercialização dos produtos das cadeias da sociobiodiversidade, incluindo ações que garantam a residência florestal;

10. Implantação de uma estratégia de acompanhamento e de assessoria técnica do planos de manejo florestal implementados através de acordos comerciais entre empresas e comunidades para o manejo e a comercialização dos produtos florestais, contando com a garantia de preços mínimos e com sistemas que possam respeitar as salvaguardas sociais e ambientais que sejam caras a estes coletivos;



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

11. Incentivo público para o estabelecimento de negócios para os produtos da sociobiodiversidade oriundos dos territórios de florestas comunitárias, com o objetivo de buscar mercados mais justos, solidários e sustentáveis;
12. Criação de uma base de dados públicos sobre os produtos da sociobiodiversidade, madeireiros e não madeireiros, que permita o acompanhamento da sociedade sobre o desenvolvimento dessas cadeias, e que possa balizar os esforços dos diferentes coletivos em suas iniciativas de comercialização e de prospecção de mercados para seus produtos;
13. Estabelecimento de uma estratégia de mercado institucional para a madeira oriunda de planos de manejo florestal sustentável das comunidades, com a garantia do uso de madeira legal nos diferentes programas de incentivo a obras públicas, a exemplo do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) e do *Minha Casa Minha Vida*;
14. Garantir que o manejo florestal comunitário e familiar esteja incluído nas ações de educação ambiental desenvolvidas pelo governo federal, com o objetivo de criar maior nível de esclarecimento da sociedade em geral sobre a importância do MFCF para a agenda de conservação da sociobiodiversidade brasileira;
15. Garantia de linhas de crédito específicas para os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), estabelecendo o fomento público para a atividade, adaptadas às suas realidades, com o objetivo de disponibilizar o capital de giro necessário para o desenvolvimento das diferentes etapas da operacionalização dos PMFS pelas comunidades, propiciando assim uma maior autonomia das comunidades;
16. Garantia de um arcabouço de apoio multiinstitucional para suporte ao desenvolvimento das atividades dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) pelas comunidades da Amazônia;



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

17. Garantir um programa robusto de apoio à industrialização da cadeia da madeira sustentável, com o objetivo de desenvolver e verticalizar a produção com o processamento, promovendo a agregação de valor ao produto e, conseqüentemente, a geração de empregos e renda adicionais na cadeia de produção.

Assinam esta Carta as instituições aqui representadas:

Coordenação Executiva do OMFCF

1. ASMOGA – Associação dos Moradores da Gleba Estadual Acutipereira
2. Federação da Flona do Tapajós;
3. REMHAR - Rede de Mulheres e Homens Ribeirinhos do Marajó
4. COOMNSPRA - Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum
5. STTR SANTARÉM - Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém
6. IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil
7. IFT - Instituto Floresta Tropical
8. Imaflorea - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOREA)
9. CI-Brasil – Conservação Internacional
10. IFPA Castanhal - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
11. Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Membros do OMFCF, entre entre ONGs, sindicatos, associações, cooperativas de base comunitária e instituições de ensino e pesquisa:

1. **ATAA** – Assoc. dos Trab. Agroextrativistas do Rio Acutipereira
2. **APROMOVA** – Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Morada Nova
3. **ACOGLEC** – Associação Comunitária da Gleba do Curumucuri
4. **ASMOGA** – Associação dos Moradores da Gleba Estadual Acutipereira
5. **ACDESRA** - Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum
6. **ASMORETEGP** - Associação da Reserva Extrativista Terra Grande Pracuuba
7. **COOMFLONA** - Cooperativa Mista da Flona Tapajós
8. **COOMNSPRA** - Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum
9. **Federação da Flona Tapajós**
10. **TAPAJOARA** - Org. das Associações da Reserva Tapajós Arapiuns
11. **ASMIP/RICA** – Rede Intercomunitária Almeirim em Ação
12. **REMHAR** - Rede de Mulheres e Homens Ribeirinhos do Marajó
13. **CDS / COOMAR** - Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz
14. **Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores**
15. **ARQMO** - Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo do Município de Oriximiná



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

16. FEAGLE - Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande

17. COOPAFLORA - Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Tradicionais da Calha Norte

18. AMOREAB - Associação da ResexArioca-Pruanã

19. Associação das Mulheres Indígenas do Gurupi

20. Associação Arte Miriti de Abaetetuba

21. Associação Bujaruense dos Agricultores

22. COAMA - Cooperativa dos Produtores Agroextrativista dos Rios Mapuá e Arioca

23. CAEPIM - Cooperativa Agrícola dos Emp. População de Igarapé-Mirim

24. ACOSPER - Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativista do Oeste do Pará

25. Associação Quilombola São José

26. AMTR - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Santarém

27. Fundo Solidário Açaí Tartaruga

28. Cooperativa Mista dos Povos Tradicionais

29. Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Calha Norte

30. STTR SANTARÉM - Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém

31. STTR PORTEL - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel

32. COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

33. FETAGRI - Federação de Trabalhadores de Agricultores do Estado do Pará

34. MALUNGO - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

35. **CNS** - Conselho Nacional das Populações Extrativistas
36. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares**
37. **IFT** - Instituto Floresta Tropical
38. **IEB** - Instituto Internacional de Educação do Brasil
39. **IPAM** - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
40. **FASE**
41. **Embrapa**
42. **IFPA-Castanhal** - Instituto Federal do Pará
43. **INIAMA** - Instituto Iniciativa Amazônica
44. **CI** - Conservação Internacional
45. **FSC** - Conselho de Manejo Florestal / Forest Stewardship Council
46. **Imaflora** - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
47. **Imazon** - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
48. **Instituto BVRio**
49. **Ufra** - Universidade Federal Rural da Amazônia
50. **Uepa** - Universidade do Estado do Pará
51. **SAPOPEMA** - Sociedade Para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente
52. **Instituto Beraca de Valorização da Sociobiodiversidade**
53. **CONEXSUS** – Instituto Conexões Sustentáveis
54. **Reserva Extrativista Renascer**



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Nossos contatos:



observatoriomfcf@gmail.com



(91) 98123-8724 | Ponto focal: Alison Castilho/IEB



<https://observatoriomfcf.org.br/>



@omfcfoficial